



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: Bragança
Polo/Região Judiciária: Tracuateua
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 09/02//2023
Data da abertura da correição: 16/03/2023
Data do encerramento da correição: 16/03/2023
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: Único Ofício de Tracuateua (sede)	
Código Nacional da Serventia (CNS): 068353-3	CNPJ: 31277881000116
Endereço: Rua Hamilton João Pinheiro, 114, Centro	
Telefone fixo: 91 34851200	Celular: 91 984706090
e-mail: cejint059@tjpa.jus.br	Celular Plantão (RCPN): 91 984706090
ATRIBUIÇÕES	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
<u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório:</u>	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 096.789.377-19
Endereço: Condomínio Pérola Jardim Residence, BR 308, Km 02, Lote 01, Quadra 08, Vila Nova, Bragança, Pará	Ato de nomeação: 28/05/2018 Data da posse 26/07/2018 / exercício: 16/08/2018
Telefones: 91 984668734	E-mail: marcusarelio13@hotmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: LAUDEMIR SANTOS SILVA	
CPF: 474.524.987-04	Portaria de designação: 01/2018
Endereço: Avenida Bragança, 117, casa 5, Centro, Tracuateua, Pará	Telefones: (91) 984750122 E-mail: laudemir.ss@gmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Meio eletrônico apresentado por ocasião da correição
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: de 08:00h as 12:00h e de 14:30h as 18:00h
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: O prédio é térreo, havendo um grande salão com balcão, com rampa de acesso. O ambiente é claro e arejado, não refrigerado, havendo adequação ao atendimento ao público, dentro da realidade do município. Estava prevista a mudança de sede da serventia, para um prédio próprio.
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: percebe-se que houve investimento da serventia na aquisição de mobiliário e equipamento.
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: EM PARTE. Quanto aos serviços prestados, existe anúncio apenas internamente no quadro de avisos e não no letreiro externo, onde ainda osteta o nome de ÚNICO OFÍCIO.</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Alvará do Município e Bombeiros.</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o Arquivo físico encontra-se em sala com acesso limitado com porta.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: distribuição de selos feitos de forma física. As prioridades são atendidas por identificação visual.</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui climatização, sujeito até mesmo a incidência solar. Existe dois longos bancos para o assento dos usuários.</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o cartório é todo adaptado para atender, na medida da realidade do município.</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: de boa qualidade.</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o titular demonstra domínio do serviço e liderança em relação a seus subordinados.</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, conforme já explicitado em item anterior.</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Senhas manuais</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: percebeu-se uma pequena fila na porta da serventia, pois existe uma demanda muita grade registros tardios de situações de registros que não foram devidamente lavrados.</p>
21	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tabela plotada na parede</p>
22	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O cartório emite recibo automático de todos os atos praticados, através de sistema informatizado.</p>
23	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme ja referido em item anterior, percebeu-se a formação de fila de usuários da serventia, especialmente em busca de Registro de Nascimento.</p>
24	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos feitos em arquivos digitais, tendo sido apresentada a pasta em correição.</p>
25	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foi feito uma única vez, em uma situação de transgênero com registro falso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: Proceder as Suscitações via PJE.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamações por ocasião da correição.</p>
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	<p>Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve reclamação por ocasião da correição, todavia existe um PP em tramitação na corregedoria pendente de decisão</p>
30	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Dentro da realidade do município, cujo arquivo encontra-se em prédio alugado, estando o arquivo na parte posterior do prédio.</p>
31	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Setor com cadeia espelhada (2 servidores); em nuvem (one drive). E próprio ACSIV (Sistema adotado pelo cartório)</p>
32	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos bacharéis em Direito.</p>
33	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Percebeu-se que a serventia tem unidade interligada na cidade de Bragança, da qual o Município de Tracuateua é parte integrante. Segundo o Registrador os nascimentos realizados pela sua unidade interligada restringe-se aos nascimentos de crianças filhas de pais residentes em Tracuateua, haja vista que os residentes em Bragança e cidades adjacentes são realizadas pelo cartório de Bragança.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

34	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
35	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: estava em branco, tendo sido lavrado primeiro termo de correição.</p>
36	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O Livro Diário Auxiliar é todo eletrônico e impresso ao final do ano, e encaminhado para visto do Juiz Corregedor Permanente. Percebe-se que de sua escrituração identifica-se o ato, o livro e folha, sem contudo referir-se ao selo utilizado. Seria Salutar para a fiscalização e controle dos setores de arrecadação que houvesse coluna com a referencia do selo utilizado em cada ato.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: Solicitar ao prestador do serviço de tecnologia que acrescente uma coluna no Livro Diário Auxiliar, com expressa referência o selo utilizado.</p>
37	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? () SIM () NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não utiliza.</p>
38	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Devidamente alimentado</p>
39	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
40	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinam os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A partir de 16/08/2018. Os registros antigos ainda não estão digitalizados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: apresentar plano de ação para a digitalização paulatina de todo o acervo.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

41	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM , R\$ 0,50 (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: CONSULTAR A SEPLAN QUANTO A NÃO EXIGENCIA DE COLOCAÇÃO DO NOME DA PESSOA CUJA FIRMA ESTEJA SENDO RECONHECIDA, PARA FINS DE ADEQUAÇÃO.</p>
46	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

48	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem pendências alusivas aos meses de janeiro e fevereiro, e que serão regularizados, conformra apurado em correição.</p> <p>DETERMINAÇÃO: proceder a regularização dos 200 selos, conforme relatório informado.</p>
49	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
50	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p>() SIM (X) NÃO HOUVE</p> <p>Observações/Providências:</p>
51	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
52	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
53	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total).</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foi feita a tentativa de acesso, mas o site não permitiu a verificação.</p>
CERTIDÕES NEGATIVAS	
54	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>() SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
55	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: O Registrador informou que não há cobrança de ITBI e ISS no município
57	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
60	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
61	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
62	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL Observações/Providências: Apresentado para análise. Verificou-se no Livro 6 de escrituras, página 185, que esta escritura tratava-se de compra e venda de bem de inventário, onde o bem se encontrava em Viseu e as partes não residiam em Tracuateua.
PROVIMENTO Nº 88/2019 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL Observações/Providências: o Próprio titular e seu substituto.
64	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não houve percepção de ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

65	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
66	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Nunca aconteceu pedido específico.</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
69	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
70	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação: O cartório entrará em fase de mudança e, dentro de um mês, mudará de endereço para local refrigerado.

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação: Com espelhamento em HD

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? (especificar): 05

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui software antivírus e antissequestro? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui firewall? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui proxy? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: tem apenas um técnico que presta serviços</p>
PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS – LGPD	
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O próprio titular</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Recomendação em correição e cumprida imediatamente a impressa da política para fácil visualização do público presencial</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

76	A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ 139/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
77	A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Ainda não em pleno funcionamento.
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO HOUVE Observações/Providências:
79	Outras observações:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: em papel que imprime e cola no registro original



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
5	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
6	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: os atos estão fora de ordem tanto de data, como de ordem de numero de proclamas</p>
7	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: JANETE BATISTA DO VALE DA SILVA. Hoje o casamento custa 353, ela recebe 100 reais desse valor</p>
8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: deve ser verificada a questão da unidade interligada em bragança</p>
9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: dos assentamentos de casamento coletados em correição (doc id 3373516), diversos nubentes apresentavam o mesmo endereço: Vila do Socorro, Zona Rural, Tracuateua, sem indicação de número ou qualquer outro ponto de referência que distinga um endereço do outro. Devem ser apresentados os comprovantes de residência e colhida manifestação do magistrado.</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cuius</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos dos artigos 480 e seguintes do Provimento nº 149 do Conselho Nacional de Justiça? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificar cópia - verificar numero de habitantes tracuateua</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: faz via ofício, foi recomendada a utilização do PJE para qualquer comunicação</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 137/2022 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 104/20 -CNJ?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: nao recebe pessoas nessas circuntância. Quando isso ocorre, as pessoas vem direcionadas pelo próprio CRAS</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017-CNJ?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 46/2015 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os dados a partir de 16/08/2018. Acervo encontra-se em processo de digitalização. Crc – 16.08.2018 Sirc – a partir de 2010 Plano de ação para digitalização de todo o acervo para alimentação do CRC</p>
24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve pendências.</p>
25	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?() SIM (X) NÃO HOUVE</p> <p>Observações/Providências:</p>
26	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 13/CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

27	Providências a serem adotadas: (1) Regularizar 200 selos pendentes de declaração – prazo 15 dias (2) Remissão edital de proclamas nos assentos de casamento; (3) Territorialidade – na unidade interligada registra quem nasce em tracuateua – (4) determinação de encadernação – recomendação de uso de papel com gramatura maior
-----------	--

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

Livro	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
A	Registro de nascimentos	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
B	Registro de casamentos	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
B Auxiliar	Registro de casamentos religiosos para efeitos civis	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
C	Registro de óbitos	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
C Auxiliar	Registro de natimortos	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
D	Registro de proclamas	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[] sim [x] não
E	Demais atos relativos ao estado civil (ausência, emancipação, interdição, opção de nacionalidade)	[] sim [x] não [] inaplicável	[] sim [x] não [] inaplicável	[x] sim [] não [] inaplicável
Observações/Providências:				

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS

1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: em pastas dispostas no arquivo, confomr fotos anexadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Fichário eletrônico e físico.
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: inclusive com a colocação do nome da pessoa com a firma reconhecida.
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO APLICÁVEL Observações/Providências: foi identificada a Escritura folha 76 livro 7 – sem assinatura nao cancelada
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Os livros de Escrituras não são encadernados, mas tão somente arquivados em pastas com folhas plásticas. Questionada a razão de tal procedimento, foi justificado que seria mais adequado ao uso da serventia. Não obstante, existe a exigência de encadernação dos atos de modo a garantir maior segurança da escrituração, pela não retirada ou perda de folhas das páginas das plastas plasticas (art. 87, § 2º Código de Normas). Além disso, percebeu-se que o uso desse tipo de pasta plástica propicia a deterioração muito mais fácil do papel utilizado, causando real perigo para a conservação dos documentos assinado pelas partes. Ademais, verificou-se que as impressões das escrituras lavradas são feitas em papel de baixa qualidade em modelo A4, sendo salutar que se use papel mais resistente, com gramatura não inferior a 90, de modo a garantir maior resistência e durabilidade aos assentos. DETERMINAÇÃO: proceda ao encadernação de todos os livros, inclusive com o uso de papel de malhor qualidade, a fim de garantir maior cnservação dos registros lavrados.
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Conforme verificado nas escrituras lavradas nessa plataforma.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: sim, conforme demonstrado no sistema por ocasião da correição.
12	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do art. 686 do CN? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: São coletadas impressões biométricas e capturada a fotografia do interessado
14	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
15	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: O testamento analisado estava com a assinatura de uma única testemunha, fazendo perder o efeito do ato lavrado, devendo ser tornado sem efeito Determinação: Tornar sem efeito em razão da não assinatura da testemunha (livro 1, fls, 01 a 03)
16	O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: determinar
17	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
18	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
19	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Disponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Conforme observado nas escrituras, há expressa referência à consulta realizada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? () SIM (X) NÃO APLICÁVEL Observações/Providências: Até o momento, não houve nenhum caso dessa natureza.
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Relembrado que o município não cobra ISS, IPTU e nem ITBI vivendo apenas de repasses do FPM.
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) Observações/Providências: na data da correição.
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? () SIM (X) NÃO HOUVE Observações/Providências:
	Providências a serem adotadas:

**VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA
SERVENTIA**

Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Escrituras	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim] não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atas Notariais	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Procurações	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Índice	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> inaplicável
Observações/Providências: (1) Livro escritura folha do verso em branco - Numerar verso; (2) Escritura folha 185 livro 6 – repetida; (3) Escritura folha 72 livro 7 sem assinatura das testemunhas; (4) Escritura folha 74 – sem tela do e-notariado; (5) Livro de testamento – falta assinatura de duas testemunhas. de 2020; (6) Usucapião – nao tem individualização do imovel			

Observações/Providências:

O Cartório do Único Ofício de Tracuateua, localizado na comarca de Bragança, possui as competências de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas e tem como titular o Dr. Marcus Aurélio Vale da Silva, aprovado em concurso público, que assumiu a serventia em 16.08.2018.

Funcionava, durante a correição, em prédio alugado, mas suficiente às demandas do estabelecimento. Não obstante, já havia previsão de mudança, para prédio maior e mais adaptado às rotinas cartorárias. A equipe de correição foi convidada a conhecer o espaço que, na data da assinatura deste relatório, já era a sede da serventia.

Por isso, se recomenda ao magistrado de Registros Públicos de Bragança uma visita ao local, para verificação dos quesitos de identificação do cartório e seus serviços, segurança, acessibilidade, conservação do acervo e conforto dos usuários.

Os serviços no cartório se mostraram organizados, com suficiente número de colaboradores, que possuem a formação adequada, e distribuição equilibrada de tarefas.

Foram identificadas algumas falhas de escrituração dos atos, indicadas, abaixo, em itens específicos. Todavia, foi verificado que o oficial não procede ao encadernamento dos livros, como determinado no artigo 87 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado do Pará.

Ademais, alguns pontos merecem melhor atenção.

A primeira é a alta demanda de registro tardio de nascimento na serventia. O oficial informou à equipe de correição o sumiço de diversos livros da atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, da qual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

decorre a necessidade de serem instaurados procedimentos de registro tardio na serventia, estimados em cerca de vinte mil. Ocorre que, segundo o IBGE, a população do município, de acordo com o censo de 2022, é de 25.595 pessoas. Essa é situação que deve ser observada cuidadosamente por esta Corregedoria de Justiça e, também, pelo Juiz de Registros Públicos da comarca de Bragança. Em relação a esse ponto, mister observar o relatado no Pedido de Providências 0001923-05.2022.2.00.0814, sobre a negativa do oficial em lavrar os registros de forma gratuita.

Por outro lado, após finalizada a correição, ocorreu no município de Tracuateua uma ação da Defensoria Pública, em parceria com o cartório e o Tribunal, referente ao ajuizamento de ações de Registro Tardio, experiência que foi bastante exitosa com o a emissão de milhares de certidões e nascimentos.

A segunda questão importante a ser verificada é a instalação de unidade interligada da serventia, na maternidade do município de Bragança. Segundo informou o registrador à equipe de correição, apenas lavra os registros dos nascidos cujos pais residam em Tracuateua. Ocorre que essa afirmação é de difícil alcance prático. Além disso, o art. 446 do Provimento 149/2023-CNJ, dispõe, sobre as unidades interligadas, que o convênio deve ser mantido entre registrador civil e estabelecimento de saúde da mesma cidade. Por isso, deve ser observada a questão da territorialidade dos registros de nascimento de Tracuateua, especificamente os lavrados na unidade interligada. Devem ser ouvidos o Juiz de Registros Públicos da comarca de Bragança e o Cartório do 3º ofício da comarca de Bragança, com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

competência para RCPN no município, para que se manifestem sobre os registros lavrados na unidade interligada.

Feita essa exposição, faz-se as recomendações à serventia, a seguir discriminadas de acordo com os relatórios de onde foram extraídas e com a delimitação de prazo para cada uma.

I - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO GERAL, COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

1 - Item 8 – na identificação externa do Cartório, não constavam os serviços lá praticados. identificação do cartório. Deve ser comprovada a regularização dessa identificação no prédio novo da serventia. Prazo: 15 dias.

2 - Itens 11 e 20 – foi verificado que, ao longo dia, formaram-se filas na serventia, o que demonstra que há necessidade de melhor organização da fila, especialmente das prioridades. Prazo: 15 dias para regularização e comprovação;

3 - Item 25 – As suscitações de dúvida devem ser feitas ao magistrado pelo PJE. Prazo: imediato;

4 - Item 36 – o oficial do cartório deve solicitar ao prestador do serviço de tecnologia que acrescente uma coluna no Livro Diário Auxiliar, com expressa referencia o selo utilizado. Prazo para cumprimento: 15 dias para cumprimento e comprovação.

5 - Item 37 – Deve o oficial atentar-se às disposições do Conselho Nacional de Justiça sobre a utilização e escrituração do Livro de Depósito Prévio, em relação aos valores recebidos antes da prática de qualquer ato.

6 - Item 40 - apresentar plano de ação para a digitalização paulatina de todo o acervo. Prazo: 15 dias para apresentação de plano de ação, com prazo de 180 dias para finalização da diligência.

7 - Item 48 - Proceder a regularização dos 200 selos, conforme relatório informado. Prazo: 15 dias.

8 - Item 71 - informar sobre a disponibilização de local com refrigeração para armazenamento do servidor de informática. Prazo: 15 dias

9 - Item 77 – Apresentar plano de ação para integração ao Serp. Prazo: 15 dias;

10 - Demais deteminações:

- (a) juntada das portarias de designação dos colaboradores, com aditivo de LGPD;
- (b) comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal;
- (c) alvará prefeitura e bombeiros;
- (d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia;
- (e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

II - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:

1 - Item 6 – foi verificado que a escrituração do livro de proclamas, os atos encontram-se fora de ordem tanto de data, como de número de ordem. Deve ser corrigido. Prazo: 15 dias para comprovação;

2 - Item 9 - dos assentamentos de casamento coletados em correição (doc 3373516), diversos nubentes apresentavam o mesmo endereço: Vila do Socorro, Zona Rural, Tracuateua, sem indicação de número ou qualquer outro ponto de referência que distinga um endereço do outro. Devem ser apresentados os comprovantes de residência, ou esclarecimento sobre a situação. Prazo para manifestação de oficial. prazo: 15 dias;

3 - Item 11 – informar quantos procedimentos de registro tardio foram instruídos e concluídos em 2023 administrativos e judiciais) e o valor dos emolumentos que estão sendo cobrados para esse serviço e sobre a concessão de gratuidade do procedimento para os hipossuficientes economicamente. Prazo: 15 dias

4 - Item 23 – apresentar plano de ação para integração ao CRC. Prazo: 15 dias, com prazo de 180 dias para finalização;

5 - Em relação à escrituração dos livros, foi verificado que

(a) deve haver remissão do edital de proclamas no assento de casamento. Prazo: imediato.

(b) Recomenda-se utilização de papel com gramatura não inferior a 90.

(c) Os livros devem ser encadernados, nos parâmetros do art. 87 do Código de Normas de Serviços Notariais e de Registro. Prazo: 15 dias para apresentação de cronograma de encadernação, que deve ter o prazo máximo de 180 dias.

III - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:

1 - Item 8 – Deve proceder à encadernação de todos os livros, inclusive com o uso de papel de melhor qualidade, a fim de garantir maior conservação dos registros lavrados, seguindo as orientações do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro. Prazo: 15 dias para apresentação de cronograma de encadernação, que deve ter o prazo máximo de 180 dias.

2 - Item 15 – Um testamento lavrado não observava as formalidades legais, pois não possuía a assinatura de duas testemunhas. Foi determinado, na ocasião, o cancelamento. Prazo: 15 dias para comprovação;

3 - Item 16 – deve ser consultado o Cadastro Único de Beneficiários Finais, nos termos do Provimento 88/2019-CNJ (atual 149/2023-CNJ) e nos termos instituídos pela Receita Federal do Brasil. Prazo para cumprimento: imediato

Em relação à escrituração dos livros, foi verificado que

(1) Foram identificadas algumas escrituras com o verso da folha em branco. Inutilizar.

(2) Há erros na lavratura de algumas escrituras:

(a) a escritura pública de folha 185, livro 6 está repetida – deve ser cancelada;

(b) a escritura de folha 76 do livro 7 estava, na ocasião da correição, sem assinatura das testemunhas – deve ser cancelada;

(c) escritura de folha 74, livro 7, não constava a folha do e-notariado.

(3) Verificada uma ata notarial de usucapião, por amostragem, (doc id 3373517), foi identificado que não há individualização do bem. Determinação: abster-se de lavrar atos de usucapião de bem imóvel sem a devida individualização matricular.

IV – A SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

1 - Item 29 – à secretaria - certificar andamento do pedido de providências sobre a cobrança de emolumentos (Providências Nº 0001923-05.2022.2.00.0814);

2 - Item 33 – Oficiar ao juiz de Registros Públicos de Bragança e ao Cartório do 3º ofício da mesma comarca para que se manifestem sobre a instalação da unidade interligada pelo Cartório de Tracuateua na maternidade do município. Prazo para manifestação: 15 dias;

3 - Item 45 – Oficiar à Seplan para que se manifeste sobre a não exigência de colocação do nome da pessoa cuja firma esteja sendo reconhecida, conforme relatado pelo cartório corrigido. Prazo: 5 dias

Seguem anexos a este relatório:

1 – cópias de assentos de casamento

2 – cópia de procedimento de usucapião

3- cópia de processo de registro extemporâneo

4- relatório quantitativo de selos não declarados, expedido pela Secretaria de Planejamento do TJPA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5- Relatório negativo de inadimplência

Belém, data da assinatura eletrônica

LUCIO BARRETO Assinado de forma digital por
GUERREIRO:8176 LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2023.09.21 11:42:21
-03'00'

Lucio Barreto Guerreiro
Juiz Corregedor

PAOLA WATRIN Assinado de forma digital por
PIMENTA PAOLA WATRIN PIMENTA
MENESCAL:65820908287 MENESCAL:65820908287
Dados: 2023.09.21 14:44:32 -03'00'

Paola Watrin Pimenta Menescal
Analista judiciário